



ATA DA 373ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1
2 Às 19h00min (dezenove horas), do dia 11 de outubro de 2023, o Presidente do Conselho
3 Municipal de Saúde, Roberto Sant’Ana Lisboa Batista, abriu a 373ª Sessão Plenária deste
4 Conselho utilizando a plataforma Google Meet. **Pauta:** 1. Abertura - Apresentação da pauta
5 da 373ª reunião ordinária. 2. Expediente – Justificativas de ausências; itens para deliberação
6 da plenária; entrada de processos para análise. **Conselheiros Presentes:** Alberto Luz Coelho,
7 Alessandro Vinicius, Amarílio Zebral, Débora Lima, Luciana Araújo, Meire Oliveira, Roberto
8 Sant’Ana, Vamberto Oliveira e Wantuil Filho. Participou também da reunião a Senhora Maria
9 Souza, da Secretaria Municipal de Saúde. **Desenvolvimento da Plenária:** O Presidente do
10 Conselho Municipal de Saúde, Roberto Sant’Ana Lisboa Batista, iniciou a sessão plenária, em
11 segunda convocação, cumprimentado a todos (as). Inicialmente, foi discutido sobre o
12 funcionamento da Secretaria Executiva do CMSCL. Foi debatido sobre os períodos em que
13 houverem a necessidade de trabalho remoto, como, por exemplo, na ocasião das reuniões
14 plenárias, entre outras ocasiões, e ficou definido que quando não houver o atendimento
15 presencial seria comunicado previamente aos Conselheiros. Também ficou acertado que,
16 quando algum Conselheiro necessitar de um material específico, as requisições deveriam ser
17 encaminhadas ao e-mail institucional para que a Secretaria viabilizasse o atendimento da
18 solicitação, estipulando-se um prazo de 2 (dois) dias úteis para o atendimento integral. Foi
19 falado também sobre a quantidade de pessoal insuficiente para o apoio administrativo na
20 Secretaria Executiva; da necessidade de o Conselho assumir o seu orçamento e gerenciar a
21 utilização dos recursos de acordo com a sua necessidade. O Conselheiro Alberto, em uso da
22 fala, evidenciou sua preocupação em relação ao trabalho do Conselho, dizendo que o
23 Conselho poderia sofrer penalidades face a omissão diante da situação da saúde no município.
24 Falou sobre a necessidade de elaboração de um documento ao Ministério Público para
25 denunciar as irregularidades percebidas. A Presidência se colocou à disposição do Conselheiro
26 para o agendamento da reunião sugerida, e, no entanto, ressaltou que o Conselho tem
27 tomada todas as medidas cabíveis, dentro de suas possibilidades. Disse sobre as denúncias
28 que já foram realizadas, da reprovação de documentos, explicando que todas as ações
29 estariam devidamente registradas. Roberto sugeriu também a formação e nomeação de uma



30 Comissão Especial para realizar estes levantamentos e elaborar o relatório descritivo a ser
31 encaminhado ao Ministério Público. Em prosseguimento a pauta, Roberto apresentou os
32 informes: **a)** Ofício n.º 1436/2023 do Conselho Tutelar requisitando informações acerca da
33 proteção à saúde das crianças e adolescentes. Registraram por meio do referido documento
34 informações sobre a percepção de que muitos casos não estariam evoluindo devido à ausência
35 de uma equipe multidisciplinar e as demais especialidades como neuropediatria, bem como a
36 falta de médicos nas ESF's em relação a alta demanda apresentada. Outra questão
37 apresentada pelo Conselho Tutelar foi de que não estariam chegando até as famílias que mais
38 necessitavam informações e as políticas acerca da gravidez na adolescência, famílias
39 numerosas e o espaço curto de tempo entre uma gravidez e outra. Assim, solicitaram ao
40 Conselho de Saúde que retornasse ao presente documento e ainda que pudesse agregar
41 participando das reuniões mensais instituídas por aquele Conselho; **b)** Ofício SES/AUDSUS n.º
42 571/2023 informando que após receber a manifestação deste Conselho por meio do Ofício n.º
43 033/202/CMSCL, de 24 de abril de 2023, o processo seria incluído no cronograma de
44 atividades do CEA/SUS-MG, com o objetivo de realizar auditoria na Secretaria Municipal de
45 Saúde e no Fundo Municipal de Saúde do município. Assim, solicitaram maior detalhamento
46 e esclarecimentos acerca da CPI instaurada pela Casa Legislativa para investigar a utilização
47 dos recursos aportados e que detectou incongruências na utilização dos recursos. Solicitaram
48 informações de quais os recursos que se tratam e quais incongruências foram detectadas e
49 qual o período investigado. Sobre a alegação em relação a utilização de recursos de resoluções
50 estaduais nas suplementações orçamentárias no município, indagaram se de fato isto
51 aconteceu e de quais resoluções se tratava. No que se refere a alegação de que em 2019 foram
52 realizadas denúncias de recebimento em duplicatas por funcionários da Secretaria Municipal
53 de Saúde, perguntaram quais seriam estes funcionários e o local que atuam. Perguntaram
54 ainda em quais equipes de Saúde da Família vem ocorrendo o descumprimento de carga
55 horária do profissional médico. Para este ponto, Roberto informou que os dados solicitados
56 seriam levantados e dado o retorno a esta solicitação; **c)** Ofício n.º
57 77/2023/ODONTO/SMS/PMCL em retorno ao Ofício n.º 108/2023/CMSCL. Por meio do
58 referido documento, a Secretaria Municipal de Saúde informou que atualmente o município



59 conta com 19 (dezenove) consultórios em pleno funcionamento com todos os equipamentos
60 básicos necessários. Que seis unidades estariam aguardando adequações estruturais para a
61 liberação do atendimento, dentre eles o PSF Amaro Ribeiro, o PSF Museu, PSF e Regional do
62 Santuário, Santa Cruz II, Buarque de Macedo e Cachoeira. Informaram que o fator limitante
63 para o pleno funcionamento do setor de odontologia é a questão estrutural de algumas
64 unidades, bem como a necessidade de realização de obras. Por meio de documento
65 informaram todos os dentistas atuantes com a sua respectiva carga horária. Explicitaram que
66 somente o consultório da Escola Municipal “Olavo Mendes Brandão”, Centro de Promoção de
67 Saúde e Regional do São João não estão credenciados junto ao Ministério da Saúde. Por fim,
68 explicaram que os recursos estaduais destinados para a odontologia não eram repassados de
69 maneira exclusiva e sim num bloco de recursos de custeio denominado “Melhor em Casa”,
70 sendo que estes recursos poderiam ser utilizados pela odontologia da Atenção Básica, bem
71 como todos os serviços da saúde da Família e demais da APS. Que atualmente o saldo em
72 conta do município dos recursos da Saúde em Casa é de R\$ 2.519.301,78 (dois milhões,
73 quinhentos e dezenove, trezentos e um reais e setenta e oito centavos). Para este assunto,
74 Roberto informou que seria realizada uma reunião com a Secretaria Municipal de Obras para
75 discutir sobre as reformas e obras nas unidades de saúde; **d)** Ofício n.º 829/2023 da Câmara
76 Municipal encaminhando cópia do Parecer da Comissão de Saúde, Meio Ambiente e
77 Saneamento Básico ao Projeto de Lei n.º 118-E-2023 requerendo diligências com o objetivo
78 de que fossem esclarecidos alguns pontos do projeto, de modo a viabilizar a conclusão da
79 análise da proposição e posterior votação no plenário da Casa Legislativa; **e)** Ofício n.º
80 208/2023-GAB-201, infra-assinado pelo vereador Pedro Américo, encaminhando para
81 conhecimento o relatório sobre a situação dos postos de saúde da área rural do município; **f)**
82 E-mail do Fundo Municipal de Saúde ao Hospital Maternidade São José, com cópia ao
83 Conselho, informando a disponibilização de recursos no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois
84 milhões de reais) provenientes da Portaria n.º 1157/2023, de R\$ 300.000,00 (trezentos mil
85 reais) referente à Portaria n.º 811/2023 e no valor de R\$ 500.000,07 (quinhentos mil reais e
86 sete centavos) relativos à Portaria n.º 811/2023; **g)** E-mail do Fundo Municipal de Saúde ao
87 Hospital São Vicente de Paulo cópia ao Conselho informando a disponibilização de recursos



88 no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) relativo à Portaria 1307/2023; **h)** Ofício n.º
89 951/2023 do Deputado Padre João informando sobre emendas parlamentares OGU/2023,
90 indicações e pagamentos, a saber: R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para a Associação de Pais e
91 Amigos dos Excepcionais (APAE); R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) ao Hospital Queluz; R\$
92 200.000,00 (duzentos mil reais) ao Hospital São Vicente de Paulo; 200.000,00 (duzentos mil
93 reais) ao Hospital São Camilo; R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos reais) para o Hospital
94 e Maternidade São José; **i)** E-mail do setor de Vigilância em Saúde em retorno ao Ofício n.º
95 138/2023/CMSCL solicitando que a reunião na qual o setor de Saúde do Trabalhador foi
96 convidado para participar fosse transferida para o mês de novembro de 2023. Em sequência,
97 passou-se ao ponto de pauta que tratou dos itens para a deliberação da plenária: **l)** análise e
98 aprovação de planos de trabalho do Hospital e Maternidade São José (HMSJ) referentes à
99 utilização de recursos provenientes de emendas parlamentares. Em leitura ao parecer de
100 análise, foram apresentados recursos totais no valor de R\$ 3.914.184 (três milhões,
101 novecentos e quatorze mil, cento e oitenta e quatro reais) ao HMSJ, assim discriminados: a)
102 R\$ 200.000,00 (duzentos mil) da emenda parlamentar OGU/2023, n.º 1405001, do
103 Deputado Federal Mário Heringer; Portaria GM/MS n.º 1023, de 27 de julho de 2023 para
104 aquisição de materiais, medicamentos, OPME's, custeio dos serviços de assistência hospitalar
105 e ambulatorial no cumprimento de metas; b) R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) de emenda
106 individual e emenda de bancada do Dep. Federal Padre João dispostos na Portaria GM/MS n.º
107 1023, de 27 de julho de 2023; c) R\$ 214.177,00 de emenda individual e de bancada OGU/2023
108 do Dep. Federal Fred Costa por meio da Portaria GM/MS n.º 1023 de 27 de julho de 2023 para
109 a aquisição de materiais, medicamentos, OPME's, custeio dos serviços de assistência hospitalar
110 e ambulatorial no cumprimento de metas; d) R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) da emenda
111 individual e de bancada OGU/2023 do Dep. Federal Fred Costa, referenciados na Portaria n.º
112 811 de 30 de junho de 2023; e) R\$ 500.007,00 (quinhentos mil e sete reais) de emenda
113 parlamentar do Dep. Federal Greyce Elias dispostos na Portaria 811 de 30 de junho de 2023;
114 f) R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) provenientes da emenda parlamentar do Dep.
115 Federal Júlio Delgado por meio da Portaria 1157 de 18 de agosto de 2023. Todos os últimos
116 recursos referenciados, segundo o HMSJ, seriam utilizados para a aquisição de materiais,



117 medicamentos, OPME's, custeio dos serviços de assistência hospitalar e ambulatorial no
118 cumprimento de metas. Portanto, em análise ao plano da utilização dos recursos, constatou-
119 se a situação de atendimento da finalidade, com despesas de custeio, incluindo gastos com
120 manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive os destinados a atender a obras de
121 conservação e adaptação de bens imóveis. Ademais, foi salientado pela plenária a necessidade
122 de prestação de contas da aplicação dos recursos. Em sequência, tratando dos processos que
123 deram entrada para análise nesta sessão, consta o Ofício n.º 31/ADM/2023 relativo ao plano
124 de trabalho sobre a Portaria n.º 9630, de 19 de maio de 2023, da Associação de Pais e Amigos
125 dos Excepcionais (APAE) e Ofício n.º 017/2023 relativo ao plano de aplicação de recurso
126 financeiro proveniente de emenda parlamentar para o Hospital São Vicente de Paula. No que
127 se refere ao ponto de pauta sobre os processos em análise, foi explicado sobre a tramitação
128 do Ofício n.º 227/2023/SMS/DAE/CMS que trata da Tabela Raio-x. Relativamente ao último
129 ponto de pauta, passou-se à discussão sobre o Ofício n.º 112/2023/FMS/SMS/PMCL dado em
130 resposta ao Ofício n.º 112/2023/CMSCL. A Presidência explicou que o Conselho Municipal de
131 Saúde por meio do ofício citado expediu solicitação para que, em conformidade com o
132 previsto na Resolução N.º 453/2012, a Secretaria Municipal de Saúde apresentasse o relatório
133 detalhado relativamente ao período de janeiro a julho de 2023, sobre o andamento do plano
134 de saúde; a agenda da saúde pactuada; o relatório de gestão; os dados sobre o montante e a
135 forma de aplicação dos recursos; as auditorias iniciadas e concluídas no período; a produção
136 e a oferta de serviços na rede assistencial própria, contratada ou conveniada. Para tanto,
137 foram apresentados os pontos principais declarados no documento pela SMS e manifestada a
138 análise do CMSCL quanto ao exposto. Assim, registrou-se que a SMS respondeu aos
139 questionamentos declarando que durante os primeiros quadrimestres do ano de 2023, foram
140 elaborados e devidamente registrados no sistema DigiSUS os relatórios detalhados do
141 quadrimestre anterior (RDQA). Roberto esclareceu que durante a análise foi verificado que
142 desde o ano de 2019, segundo verificado no Sistema DigiSUS, não há documentação lançada
143 que possibilitasse a manifestação do Conselho, estando todas as documentações com status
144 de "em elaboração". O Presidente explicou também ter recebido contato telefônico da
145 Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SESMG), através da Senhora Fernanda,



146 solicitando esclarecimentos ao CMSCL sobre a dificuldade do município quanto ao lançamento
147 dos dados no Sistema, considerando a análise do Tribunal de Contas do Estado de Minas
148 Gerais. A Secretaria Municipal de Saúde informou ainda que os RDQA's, ao término do
149 exercício anual, deveriam ser integralmente integrados ao relatório anual de gestão e Roberto
150 explicou que não foi observada essa incorporação e integração mencionada no RAG em
151 análise, isto é, de 2022, tampouco no RAG dos anos anteriores. A SMS declarou que dentre as
152 informações contidas nesses RDQA's, destacava-se a inclusão de detalhes relativos ao
153 programa anual de gestão, contudo, foi esclarecido que o Conselho encaminhou um
154 documento solicitando informações do monitoramento da Programação Anual de Saúde (PAS)
155 e até o momento não recebeu a resposta. Por meio do ofício em pauta, a Secretaria de Saúde
156 mencionou que o departamento de Atenção Primária deu início ao processo de construção da
157 unidade básica no bairro Cachoeira e que, além disso, tem sido desenvolvido um plano de
158 ação para a contratação de uma empresa especializada em serviços de limpeza e manutenção
159 predial, incluindo o fornecimento de materiais de limpeza. Que teria sido concluído com
160 sucesso o processo de informatização das ESF e ESB, o que envolveu a aquisição de
161 equipamentos necessários. Para estas informações a Presidência declarou que não houve a
162 prestação de contas da obra até o momento e que houveram segundas mudanças na meta da
163 Programação Anual de Saúde, no que se refere a contratação de empresa de limpeza e que
164 não foi devidamente informada ao Conselho. Explicou que primeiramente constava na PAS a
165 contratação de empresa, e que posteriormente foi dada a informação de que haveriam
166 mudado para a realização de um processo seletivo, no qual inclusive já havia sido efetuadas
167 as contratações dos profissionais. E, no entanto, no documento em análise, informaram
168 novamente sobre a contratação de empresa. Desta forma, foi objeto de questionamento o
169 que seria feito com os profissionais do processo seletivo. Ademais, Roberto expôs que não
170 havia sido apresentado ao Conselho o plano de trabalho referente à compra de equipamentos
171 de informatização e que também ainda não foi encaminhada a prestação de contas do recurso
172 utilizado para este fim. Em sequência a leitura do documento, a SMS destacou a expansão da
173 cobertura de saúde bucal em mais 10 ESF. Para este assunto, foi ponto de questionamento da
174 referência utilizada para este projeto de expansão e se estas unidades estariam de fato



175 funcionando; com o devido cadastro no Ministério da Saúde. Foi indagado também sobre as
176 unidades que não estão em funcionamento. Em continuidade, a SMS informou ter ocorrido a
177 contratação de profissionais de saúde, incluindo médicos, enfermeiros e técnicos de
178 enfermagem em regime de substituição durante períodos de ausências dos titulares. Disse
179 que também foi efetuada a contratação de cirurgiões-dentistas para reforçar a equipe de
180 atendimento odontológico. Neste quesito, o CMSCL perguntou a justificativa para contratação
181 de mais dentistas se o Centro de Especialidades Odontológicas estaria fechado e haveria
182 outras unidades com dois e/ou três profissionais para apenas uma cadeira cumprindo o
183 mesmo horário de trabalho. Questionou-se ainda quais as mudanças na situação dos médicos
184 com a chegada de 26 (vinte e seis) profissionais médicos do Programa “Mais Médicos”.
185 Seguindo os relatos, a SMS disse que no contexto do Departamento de Atenção Primária
186 foram desenvolvidas estratégias recomendadas para a construção da Unidade Básica de
187 Saúde Santa Clara e para a contratação de uma empresa especializada em manutenção de
188 equipamentos médico-odontológicos. Além disso, informou que estão sendo previstas a
189 descentralização da farmácia básica, a realocação de consultórios odontológicos previamente
190 localizados em escolas para as estratégias de saúde da família e a implementação de horários
191 diferenciados para atender às necessidades dos trabalhadores. Para estes pontos, o Conselho
192 debateu que não foi apresentado o plano de trabalho destes projetos e que não foi
193 apresentado até o momento o plano de realocação dos consultórios, conforme previsto em
194 deliberação de 2019, bem como sobre o projeto de assistência farmacêutica não havia sido
195 encaminhado para análise, discussão e deliberação. Foi pontuado que a implementação de
196 horários alternativos também não foi apresentada e discutida pelo CMSCL. A SMS declarou
197 ainda ter realizados estudos e análises para subsidiar a implementação simplificada do
198 Programa Saúde na Hora nas unidades ESF Vista Alegre/São Sebastião, ESF Albinópolis I e II,
199 ESF Vila Resende/São Judas Tadeu. Analisados meios adequados para implementação de um
200 sistema de monitoramento das condições de saúde da população na APS através de
201 indicadores de saúde na SMS. A plenária debateu neste ponto sobre quais seriam esses
202 indicadores e os resultados; além de quais ações teriam sido adotadas para manter os bons
203 resultados e corrigir os resultados não atingidos. Destacaram que não foi avaliado um plano



204 de ação pelo CMSCL. Em prosseguimento, foram apresentadas outras informações sobre o
205 panorama da saúde no município. Segundo a SMS, medidas estariam sendo tomadas para
206 alcançar as metas relacionadas à concessão de adicional de insalubridade aos profissionais do
207 EMMAP e a disponibilização de uma lista de medicamentos atualizada e eficaz na Farmácia
208 Central. Que o Departamento de Atenção Especializada manteve a organização e estruturação
209 dos procedimentos e dos serviços já estabelecidos, mantendo a adequação do volume dos
210 atendimentos de acordo com a demanda dos serviços. Que houve uma expansão na
211 disponibilidade de consultas médicas especializadas nos Centros Regionais. Que teriam
212 implementado o Núcleo Especializado em Reabilitação e continuidade do acesso aos serviços
213 de atendimento multiprofissional na área de reabilitação. Que estariam garantindo a oferta
214 de serviços no PACE. Para estes itens a plenária discutiu sobre o déficit no atendimento já
215 existente com a carga horária de 20 horas dos médicos na Atenção Especializada. O pleno
216 questionou se a redução de carga horária gerou realmente uma expansão e quais os dados
217 corroboram com esta declaração. No corpo do documento, a SMS informou sobre diligência
218 no sentido de reduzir o número de atendimentos classificados nas categorias “azul” e “verde”
219 de acordo com o protocolo de Manchester na Policlínica Municipal e que estariam sendo
220 empreendidas ações para o início da construção de uma infraestrutura destinada ao Centro
221 de Especialidades Odontológicas e para uma nova unidade da UPA. De que estão sendo
222 avaliados meios para a implementação do Centro de Convivência de Saúde Mental. Em
223 sequência, a plenária ponderou sobre a UPA possuir um problema crônico de
224 desconformidade entre a planilha de preço apresentada e os recursos informados. Foi
225 questionado se existe todo o recurso necessário, o motivo de não estar totalmente disponível
226 no Fundo Municipal de Saúde, depositado em conta específica. Foi questionado também qual
227 seria a fundamentação legal para a declaração que o recurso não precisaria estar vinculado ao
228 Fundo. Seguindo, a SMS disse que no contexto do Departamento de Vigilância em Saúde
229 ocorreu a mobilização da população em relação à prevenção e controle das Doenças
230 Transmissíveis. Que teria realizado avaliações e acompanhamentos sistemáticos da
231 capacidade de resolução das investigações de casos notificados juntamente com a atualização
232 do SINAN. Que estaria em monitoramento da assistência pré-natal e coleta de dados para



233 medição e acompanhamento de novos casos de sífilis congênita em crianças menores de 1
234 (um) ano. Disse também sobre os programas de capacitação aos profissionais que atuam na
235 rede de assistência à saúde, focando nas doenças de notificação compulsória, bem como na
236 formação de equipes capacitadas para a realização de atividades de fiscalização sanitária. Que
237 a ênfase estaria na consecução da meta estipulada para o quadrimestre em relação a redução
238 da taxa de abandono de casos de tuberculose pulmonar bacilifera. No que se refere a estas
239 informações, foi exposta pela plenária a necessidade de que os dados deveriam estar
240 organizados sistematicamente e serem constados no RAG. Em prosseguimento a
241 apresentação das informações repassadas pela SMS, foi informado que o Departamento de
242 Planejamento e Gestão alcançou êxito na consecução das metas estipuladas para ambos os
243 quadrimestres, com destaque notável para a manutenção contínua do serviço de transporte
244 de Tratamento Fora de Domicílio, a preservação do credenciamento e participação em
245 consórcios, bem como a oferta de assistência integral aos pacientes com doença renal crônica.
246 De que foram conduzidas três auditorias internas. Uma das auditorias foi conduzida no
247 laboratório Guilherme Albino (Antonucci). Foi auditada a equipe de Saúde da Família
248 Albinópolis II, recomendando que a Diretoria do Departamento de Atenção Básica entrasse
249 em contato com a Diretoria do Departamento de Atenção Especializada e com a responsável
250 pela unidade auditada para colaborarem na mobilização dos setores competentes da SMS, a
251 fim de criar protocolos e mecanismos de referência e contrarreferência. Que foi incentivada a
252 colaboração entre a Gerência e a Diretoria do Departamento de Atenção Básica, juntamente
253 com a gestora da ESF auditada para assegurar que ACEs exerçam suas funções em
254 conformidade com a legislação. Nestes itens a plenária ressaltou que os resultados devem
255 constar no RDQA e no RAG. Que para as auditorias internas seria preocupante o fator de
256 ausência de diálogo entre os departamentos e que isto refletia no atendimento prestado à
257 população. Por fim, a SMS disse ter desenvolvido seu plano orçamentário em consonância
258 com a LDO e o PPA a fim de atender os propósitos estabelecidos por essas normas. A plenária
259 discutiu o assunto, destacando que os instrumentos de planejamento da saúde devem estar
260 alinhados com as peças orçamentárias e da necessidade de reavaliação contínua das metas
261 propostas e do seu cumprimento. Foi explicado que em caso de impossibilidade de



262 cumprimento as metas devem ser justificadas e reprogramadas e que o Conselho de Saúde
263 teria que ser envolvido nesta discussão. Após análise e discussão sobre o Ofício n.º
264 112/2023/FMS/SMS/PMCL, a plenária definiu pelo encaminhamento de resposta à SMS, com
265 todos os questionamentos apresentados nesta sessão plenária. Perpassada a roteirização
266 pautada, o Presidente do CMSCL encerrou a reunião agradecendo a presença de todos. O
267 registro da sessão foi realizado pela Secretaria Executiva do CMSCL.